

Sobre a circulação de livros e a leitura na colônia brasileira

On the circulation of books and reading the colony brazilian

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto¹

Universidade Tiradentes (Brasil)

Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento²

Universidade Tiradentes (Brasil)

Tâmara Regina Reis Sales³

Universidade Tiradentes (Brasil)

Recibido: 30-11-12

Aprobado: 06-03-13

Resumo

Na perspectiva da História dos Impressos atrelada a História Cultural, este artigo tem por objeto de análise registros documentais e bibliográficos acerca de

¹ (raylanenavarro@bol.com.br) Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Rio Grande Norte, Brasil) e Professora PPG 1 da Universidade Tiradentes (Aracajú, SE, Brasil). Dentre outros artigos escreveu: Biografias coletivas revelando a identidade cultural e educacional de seminários católicos. *Cadernos de História da Educação* (UFU. Impresso), v. 11, p. 627-640, 2012 e A propósito dos fundamentos doutrinários da formação sacerdotal nos tempos modernos. *Revista Educação em Questão* (UFRN. Impresso), v. 35, p. 182-209, 2009. É autora do livro *A formação de padres no nordeste do Brasil (1894-1913)*. Natal: EDUFRN, 2011.

² (esterfraga@gmail.com) Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade de São Paulo (São Paulo, SP, Brasil) e Professora PPG 1 da Universidade Tiradentes (Aracajú, SE, Brasil). Dentre outros artigos escreveu: Fontes para história da educação brasileira: considerações acerca dos catecismos protestantes. *Revista Educação* (PUCRS. Online), v. 36, p. 88-95, 2013 e *A Escola Dominical Presbiteriana: disseminação de saberes e práticas educativas*. É autora do livro *Fontes para a História da Educação: documentos da Missão Presbiteriana dos Estados Unidos no Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2008.

³ (tamara.sales89@homtail.com) Mestranda em Educação pela Universidade Tiradentes (Aracajú, SE, Brasil). Dentre outros trabalhos publicados em anais de congressos, escreveu: Saberes e Práticas Educacionais no Almanaque do Pobre Ricardo; Almanaque do Pobre Ricardo: o impresso como objeto e fonte de pesquisa e Correspondência e missão protestante norte americana no Brasil e na Colômbia.

impressos católicos e protestantes no Brasil colonial com o objetivo de investigar sua circulação e a difusão de idéias. Baseando-se no método de investigação histórico, este artigo traz à historiografia brasileira, livros, leitores e livrarias bem como o *modus operandi* dos livreiros que contribuíram com a transmissão de saberes religiosos no país e com as distintas comunidades de leitores originárias não somente de congregação religiosa, dos estudantes e dos letrados, mas de leigos que se interessavam e faziam circular idéias em distintos suportes para além do livro.

Palavras-chave: Brasil colonial – catolicismo – impressos – protestantismo

Abstract

In the perspective of history tied to the printed Cultural History, this article focuses on analysis of documentary records and bibliographic printed about Catholics and Protestants in colonial Brazil with the aim of investigating its circulation and diffusion of ideas. Based on the method of historical research this article brings Brazilian historiography, books, bookstores and readers as well as booksellers the *modus operandi* that contributed to the transmission of religious knowledge in the country and with different communities of readers originating not only from religious congregation, of students and scholars, but lay people who cared and did circulate ideas in different media beyond the book.

Key-words: colonial Brazil – Catholicism – printed – Protestantism.

Introdução

A produção em História da Educação no Brasil a partir da década de 1980 tem acompanhado o movimento internacional ancorado na História Cultural, contribuindo para o alargamento do campo com a implementação de multiplicidade temática, a adoção de novos objetos e a incorporação de fontes diversificadas de pesquisa, produzindo também sínteses analíticas e tendenciais. Os pressupostos teórico-metodológicos utilizados pela Nova História Cultural têm possibilitado aos pesquisadores da História da Educação ultrapassar as barreiras existentes nas investigações dos seus objetos de estudo e apreender outras configurações presentes, às vezes imperceptíveis. Investigar livros que circularam no Brasil Colonial e seus leitores é flagrar a rede de interdependência, de circulação da cultura, que existia entre o Brasil e Portugal, mesmo que muitas vezes, encoberta no submundo da leitura. Neste artigo tomamos como objeto de análise a circularidade de impressos no período colonial com o objetivo de trazer

à luz um pouco do que foi a circulação de impressos, religiosos ou não, no Brasil Colonial.

A história do livro tornou-se um campo de investigação onde se procura compreender como as idéias foram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o comportamento da humanidade nos últimos quinhentos anos. A nova corrente de investigação se desenvolveu principalmente nos anos 60 do século XX na França, sob a perspectiva da escola dos *Annales*. Os novos historiadores do livro, ao invés de se deterem somente em detalhes da bibliografia, procuraram descobrir o modelo geral de produção e consumo do mesmo ao longo de grandes períodos de tempo. Concentraram-se não somente nos livros raros e edições de luxo, mas também no tipo mais comum deles, procurando descobrir a experiência literária dos leitores prosaicos. Detiveram-se em investigar os sujeitos que os produziram, sua circulação e apropriação.

Dentre os pesquisadores que tratam do tema numa abordagem da História Cultural, encontram-se Lucien Febvre, Henri-Jean Martin, Roger Chartier, Jean Hébrard, Robert Darnton, Peter Burke, Rolf Engelsing, Natalie Zemon Davis, Robert Escarpit, Peter John Wallis e Carlo Ginzburg. Outros tratam do assunto numa perspectiva histórica, procurando compreender a matéria em sua concepção morfológica, como é o caso de Elizabeth Eisenstein, Laurence Hallewell, David R. Olson, Jean Delisle, Judith Woodsworth e Alberto Manguel.

Pesquisadores brasileiros também têm investigado o livro e a leitura, sob diversas perspectivas, como são os casos de Nelson Werneck Sodré, Fernando Paixão, Eduardo Frieiro, Jorge de Souza Araújo, Márcia Abreu, Marisa Lajolo, Regina Zilberman, Luiz Carlos Vilalta e Marcio Doctors. Outros investigaram as raízes cultural e literária no Brasil, destacando a trajetória do livro e oferecendo indícios sobre sua circulação e práticas de leitura, como é o caso Rubens Borba de Moraes, Serafim Leite SJ, Fernando de Azevedo, Carlos Rizinni, Laurence Hallewell e Wilson Martins.

Na perspectiva da História da Educação brasileira, temos Marta Maria Chagas de Carvalho, Maria Lucia Spedo Hilsdorf, Jorge Carvalho do Nascimento, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, Maria Rita de Almeida Toledo, Luciano Mendes de Faria Filho, Diana Gonçalves Vidal, Shirley Puccia Laguna, Cristiane Vitória de Souza, Ana Maria de Oliveira Galvão, Márcia Cristina Delgado, Úrsula Rangel Goothuzen de Albuquerque, Maria Arisnete Camara de Moraes, Cynthia Pereira de Souza, Denice Bárbara Catani, Heloisa Helena Pimenta Rocha e Lucio Kreutz, dentre outros.

Os estudos sobre impressos religiosos têm se intensificado nos últimos anos, apesar de ainda serem escassos. Dentre os pesquisadores que investigam impressos católicos encontram-se Elomar Antonio Callegaro Tambara, Antonio Donizetti Sgarbi, Mauro Passos, Urbano Zilles, Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, Raquel Martins de Assis, Valéria Carmelita Santana Souza, Rosemeire Marcedo Costa, Dionísio de Almeida Neto e Ana Luzia Santos. Já os estudiosos

que pesquisam impressos protestantes estão Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, Alderi Souza de Matos, Lyndon Araújo Santos, Ephraim de Figueiredo Beda, Gilcinei Tetzner e Felipe Born.

Quando falamos de impressos estamos nos reportando às suas distintas formas materiais, à produção do sentido e às práticas de leitura. Tratamos do mundo do texto e do mundo do leitor; da ordem dos livros e da ordem dos discursos; de formas e sentidos. Todos esses termos reportam-se à produção material dos impressos, ou seja, dos seus suportes, do objeto escrito, até a apropriação da mensagem contida neles. O livro sempre procurou estabelecer uma ordem, seja na sua confecção, na sua decifração ou pela autoridade de quem o encomendou ou permitiu sua publicação.

Impressos católicos e protestantes

Católicos e protestantes são mais do que agentes religiosos presentes no Brasil desde a segunda metade do século XVI. Destarte o seu interesse salvacionista, a Companhia de Jesus, a partir de 1549, contribuiu para a instrução pública no país e “(...) indiretamente ampliou e trouxe as primeiras leituras para o Brasil. Mesmo leituras obrigatórias e para servir de cópias aos modelos clássicos ou eclesiásticos, aos poucos vieram alicerçar a formação social e literária da Colônia”. Para Araújo (1999: 23), foram os jesuítas que “(...) nos trouxeram o alfabeto, o latim, a gramática e a literatura de fundo místico e ascético”. Este autor, entretanto, construir o perfil do leitor colonial, não considerou a ação protestante no país. As primeiras incursões que se tem notícia dos seguidores de Lutero em terras brasileiras datam de meados do século XVI, concomitante à presença dos jesuítas, quando franceses comercializavam madeiras brasileiras com os índios tupinambás.

A Companhia de Jesus, havia sido fundada em 1534, por Inácio de Loyola (1491-1556), militar espanhol, convertido ao catolicismo, cujo propósito era constituir religiosa e culturalmente um “exercito de Cristo” para formar bons “soldados” da Igreja de Roma, capazes de, em varias partes do mundo, combater a heresia (os protestantes) e converter os pagãos em católicos. Tais desígnios faziam parte da Companhia quando aqui instalada, em 1549, pelos padres Jesuítas Manuel da Nobrega (1517-1570), Leonardo Nunes (? - 1554), João de Azpilcueta Navarro (1522-1557), Antonio Pires e pelo Irmão Vicente Rodrigues. Esses missionários e seus sucessores, principalmente o padre Jose de Anchieta (1534-1597), encarregaram-se, nos dois primeiros séculos de colonização brasileira, da formação religiosa e educacional tanto dos educadores e educandos quanto dos futuros sacerdotes jesuítas (quando encontravam vocacionados).

Segundo Azevedo (1963), no Brasil Colônia, os missionários jesuítas erigiram, pelo menos, 15 estabelecimentos de ensino, destacando-se uma Escola de teor elementar na Bahia (fundada pelo jesuíta Manoel da Nóbrega, 1549); a

“Escola-Seminário”, de São Vicente (criada pelo jesuíta Leonardo Nunes, 1549); o Colégio de “Todos os Santos”, na Bahia (1556); o Colégio de São Sebastião, no Rio de Janeiro (1567); o Colégio de Olinda (1568); o Colégio de “Santo Inácio”, em São Paulo (1631); o Colégio de “São Miguel”, em Santos (1652); o Colégio de “São Tiago”, no Espírito Santo (1654); o Colégio “Nossa Senhora da Luz”, em São Luiz do Maranhão (1652); o Colégio “Santo Alexandre”, no Para (1652); o Colégio “Nossa Senhora do O”, em Recife (1678) e a Escola de Belém, na Bahia (1687).

De conformidade com Leite (1952), historiador da Companhia de Jesus no Brasil, dentre os estabelecimentos criados pelos jesuítas para ensinar a ler, escrever e contar, existiam aqueles que ofereciam, também, uma educação escolar superior e uma preparação sacerdotal, ainda que mínima. A Escola da Bahia, por exemplo, oferecia os cursos de Primeiras Letras, Humanidades, Filosofia e Teologia “(...) com suas festas acadêmicas e graus universitários.” (Leite 1945: 69). Assim como a Escola da Bahia, os Colégios de Olinda e de São Vicente tinham modelos escolares similares.

Vale destacar que a educação escolar brasileira, nos séculos XVI, XVII e parte do XVIII, estava, em sua grande parte, voltada a constituição de uma civilização moldada nos padrões católicos europeus e, no que se refere a formação sacerdotal, sua finalidade essencial era o “saber de salvação”. De acordo com o historiador Hansen (2001), o padre Jesuíta Manuel da Nóbrega, em sua primeira carta, datada de 1549, afirmava:

Essa terra e nossa empresa e (...) ca não são necessárias letras, mas virtudes e zelo de Nosso Senhor”. Para esse historiador, Nóbrega propunha que o tipo do padre letrado não era imediatamente necessário para a conversão do gentio no Brasil. Considerando a depravação dos costumes do clero regular e dos colonos amancebados com índias, afirmava que somente os bons exemplos poderiam vingar, donde sua ideia de uma conversão operada antes pelo exemplo de vida virtuosa que por palavras. (Hansen 2001: 28).

Isso não remetia, necessariamente, para a ignorância da cultura letrada, mas a uma etapa que precedeu os ensinamentos contidos no “Plano de Estudos” *Ratio Studiorum* atque *Institutio Jesu*, implantado definitivamente a partir de 1599 e que tinha como fundamento uma cultura humanística e, como orientação filosófica, a escolástica teocêntrica e as teorias de Aristóteles (384-322 a.C.) e Santo Tomas de Aquino (1227- 1274 d.C.). Para aqueles que desejassem abraçar o sacerdócio, também, existia o curso de teologia, em que se ministravam as Ciências Sagradas, que se traduziam num coroamento de todos os estudos.

De acordo com Franca (1952: 82), o “alvo” da educação humanista do *Ratio Studiorum* atque *Institutio Jesu* era a eloquência latina. O Latim constituía o vínculo de unidade da civilização européia e de transmissão de uma cultura superior. No século XVII e parte do XVIII, o ensino das humanidades pretendia

tornar o homem mais humano, na medida em que lhe proporcionava ser mais educado, mais afável, mais acessível, em suma, mais tratável. A ideia era formar o homem pelo desenvolvimento harmonioso de suas faculdades, sendo a linguagem o melhor instrumento. Sabendo expressar-se, o homem sentir-se-ia estimulado a pensar, a articular melhor as suas idéias. No caso do futuro sacerdote, estaria mais bem preparado para o trabalho missionário e catequético.

Ainda de acordo com Franca (1952: 82), o propósito do Ratio... era “(...) preparar o homem concreto para viver no cenário deste mundo.” E segundo o próprio Ratio..., os objetivos dos estudos da Companhia era “(...) ensinar ao próximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor do Criador e Redentor nosso (...)” (O método pedagógico... 1952: 119). Ou seja, seu objetivo era imprimir um modelo de formação humanista, filosófico e teológico que fizesse com que a Igreja pudesse se relacionar com as mudanças filosóficas que marcaram o século XVI, o XVII e os que os seguiam.

Por certo, para empreender tal obra, os jesuítas se transformaram nos pioneiros no tocante a circulação de livros no Brasil como desvelam algumas cartas dos missionários solicitando livros e bibliotecas aos líderes da Companhia de Jesus. Embora não se tenha descoberto títulos e quantidades, pode-se conjecturar que tais impressos devem ter sido publicações de devoção e outras destinadas à evangelização dos nativos. Antônio de Nóbrega, em carta datada de Baía, 15 de abril de 1549, fez um pedido de livros, os quais, ele confirmaria em outra missiva, registrada de Porto Seguro, em 6 de janeiro de 1550. Afirmou ele “(...) terem chegado duas caixas contendo livros e ornamentos”. Há ainda outro registro de 25 de abril de 1553, do padre Cipriano Suárez, quando este trata da missão evangelizadora no Brasil, solicitando ao padre Ignácio de Loyola que enviasse livros (Araújo 1999: 24).

José de Anchieta, corroborando com a assertiva de que foram os jesuítas quem primeiro fez circular impressos no Brasil, para doutrinar os colonos portugueses e indígenas, principalmente as crianças, produziu um catecismo bilingüe, em tupi e em português, provavelmente no ano de 1560. Em seu “*Diálogo da Fé*”, composto de 616 perguntas e respostas, em que o mestre fazia as perguntas e o discípulo as respondia, e com ele Anchieta abordou e condenou os costumes indígenas, como “comer gente” (antropofagia), “comer terra ou outra coisa para morrer” (suicídio) e fazer-se feiticeiro. Quanto aos conteúdos bíblicos, explicava a Trindade, a Semana Santa e o Decálogo (César 2000: 44- 45).

Em meio a fatores socioeconômicos característicos do processo de colonização, uma necessidade se impunha: a expansão da fé católica, com o objetivo de garantir não só o espaço da Igreja e conter o Protestantismo, como também de promover uma unidade religiosa que fortaleceria Portugal. Para isso, foram produzidas a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, também de José de Anchieta, em 1595; a *Arte da Língua Brasileira*, de Luís Figueira em 1621 e a *Arte de Gramática da Língua Brasileira da Nação Kiriri*, de Luís Vincencio Mamiani, em 1699. (Barreto, 2006).

De modo que em fins de Quinhentos, existiam bibliotecas jesuíticas no Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Araújo ainda informa que no ano da expulsão dos soldados de Cristo, em 1759, sua biblioteca “(...) era da ordem de 15 mil volumes”, destacando a “(...) poderosa influência no comportamento do leitor brasileiro”. Além de cartilhas, livros de devoção, práticas de sermonários e catecismos teológicos, existiam clássicos, censurados pelo *Index* inquisitorial, como Virgílio, Cícero, Horácio, Ovídio, Sêneca, Aristóteles, Platão, Demóstenes, Homero, Hesíodo e Píndaro (Araújo 1999: 34-37).

Também foi registrado pelo Santo Ofício no início da colonização do Brasil, a presença de piratas e corsários franceses, ingleses e holandeses – representantes do protestantismo europeu – na costa brasileira, que tentavam romper o monopólio comercial ibérico. Dentre os poucos pesquisadores que registram a presença protestante, encontra-se Gilberto Freyre. Ele afirmou que “(...) foi no Rio de Janeiro, em 1555, que teve início o estabelecimento ou a organização sistemática do Protestantismo nas Américas”. Para ele, “(...) tanto o Judaísmo como o Protestantismo organizados, aquele em sinagogas ou congregações, este em capelas e escolas, tiveram seus começos nas muito Católicas terras do Brasil, onde também tiveram começo a literatura israelita nas Américas e a catequese de ameríndios pelo cristianismo evangélico”. A expedição do almirante Nicolás Durand de Villegaignon tinha o objetivo de fundar uma colônia francesa em terras brasileiras, a França Antártica. Ministros reformados, enviados pelo próprio Calvino, foram os primeiros a organizar uma igreja protestante na Ibero-América e a celebrar o primeiro culto, a primeira Santa Ceia e o primeiro casamento pelo ritual litúrgico da Igreja Reformada de Genebra (Freyre 1960: 41).

O padre José de Anchieta tratou, no ano de 1560, em carta ao Cardeal D. Henrique, do achamento de “livros heréticos” no forte Coligny, após este ter sido tomado pelos luso-Católicos. Alarmados,

“(...) os mesmos luso-Católicos decidiram agir severamente contra os franceses que se passassem para o lado deles, luso-Católicos, pois nutridos por tais livros poderiam ser perigosíssimos como propagadores de heresias; e também por ter havido entre eles, no Brasil, mestre – ou mestres – de artes liberais, grego, hebraico, verdadeira sagrada Escritura” (Freyre 1960: 198).

Na Europa pré-industrial, numa época marcada pela Reforma Protestante e pela difusão da imprensa, a Igreja Católica sentiu a necessidade de estabelecer um plano de contenção daquela nova onda religiosa, na qual o Tribunal da Inquisição tornou-se uma importante arma da Contra-Reforma, perseguindo sistematicamente os heréticos tanto nas metrópoles como nas colônias portuguesas e espanholas, exercendo

(...) grande influência na mentalidade dos povos ibéricos com suas táticas secretas, as limitações que causou ao progresso intelectual, pelo empobrecimento

que levou a nação, pelo medo que espalhou assim como pelo método arbitrário e de exceção com que julgou seus réus (Novinsky, 1992: 6).

Apesar da pluralidade étnica, cultural e religiosa encontrada na população de Portugal e Espanha, a Inquisição foi um fenômeno que conseguiu impor-se por seu aspecto mítico, divino e irracional, combinando estratégias políticas e religiosas que visavam o poder. O Santo Ofício veio ao Brasil com o objetivo de reprimir as incursões e a “má” influência de piratas e corsários franceses, holandeses e ingleses que infestavam a costa brasileira com suas idéias luteranas “heréticas”; fortalecer o mercado europeu com produtos nativos; como também, controlar a entrada de imigrantes nas Capitanias da Bahia e de Pernambuco, área onde estava concentrado o maior número de luteranos e cristãos-novos (Nascimento, 2002).

Em 1591, o Licenciado Heitor Furtado de Mendonça iniciou suas atividades combatendo práticas religiosas dos índios e negros; punindo aqueles que praticavam atos de sodomia, bigamia, feitiçaria, magia; como também aos cristãos-novos, com suas heresias judaizantes, representantes da burguesia comercial em ascensão, que, fugindo da perseguição religiosa na Europa, se instalaram no Brasil, disseminando suas práticas religiosas.

Em alguns momentos, no livro “Confissões da Bahia”, Vainfas oferece pistas sobre a presença de escolas e livros protestantes no país, durante o século XVI. Segundo ele o francês Pero de Vila Nova, em 1592, contou à Inquisição que os luteranos, “(...) mais e mais poderosos que os católicos, começaram a espalhar seus livros luteranos e semear sua doutrina luterana, fazendo escolas públicas de sua seita”. Ainda afirmava que fora aluno da dita escola, na qual os protestantes

(...) ensinavam que Deus não fizera a missa, e que a missa era feita dos homens, e que na hóstia consagrada da missa não estava o verdadeiro corpo de Cristo, e que o verdadeiro sacramento é receber uma fatia de pão em comemoração do corpo de Cristo, como eles luteranos, usavam, e negavam haver de se venerar a cruz, nem imagem alguma, e não faziam comemoração alguma de Nossa Senhora (...) (Vainfas, 1997: 192).

No mesmo ano, o francês Nicolau Luís, “(...) morador ora em Sergipe, casado com Luísa Fernandes, mameluca”, confessou que havia aproximadamente 24 anos “(...) que, indo ele confessante em uma nau de seu pai de Bordéus para a sua terra, em que não havia portugueses senão todos franceses, foram tomados no mar pelos franceses luteranos, os quais costumavam fazer suas salvas pela manhã e à tarde luteranas na nau.” Já o cristão-velho Rodrigo D’Almeida confessou que nunca tratara com luteranos nem lera seus livros (Vainfas, 1997).

Após a fracassada tentativa de ocupação territorial brasileira feita pelos franceses, e as ações perpetradas pela Inquisição em território brasileiro, foi a vez dos reformados holandeses no século XVII tentarem conquistar e colonizar o Brasil português sob o patrocínio da Companhia das Índias Ocidentais. Posteriormente

ao ataque à Bahia de São Salvador em 1624, que estava temporariamente em poder dos espanhóis, eles conquistaram e se instalaram em Pernambuco, estendendo depois seus domínios para o resto do Nordeste, por vinte e quatro anos (1630-1654). Durante aquele período, os missionários holandeses desenvolveram um trabalho de catequese entre os índios tão intenso que para o jesuíta André de Barros,

(...) estavam muitos índios tão calvinistas e luteranos como se nasceram na Inglaterra e na Alemanha, (e já tão penetrados das novas idéias que] chamavam à igreja moanga, quer dizer, falsa, e à doutrina monandubas abarés, patranhas de padres. O embate entre as duas religiões cristãs – a católica e a protestante – foi tanto mais áspero quanto mais eficaz se mostrara a missão holandesa, apoiada, durante o largo período do domínio estrangeiro, pela Companhia das Índias Ocidentais e pelo Conde Maurício de Nassau, administrador, notável, que estimulou a obra de catequese, providenciou para a vinda de novos missionários e criou escolas e hospitais. (Azevedo 1996: 255).

Sob o governo do príncipe Johann Mauritius Van Nassau, a Igreja Reformada Holandesa, além de desenvolver um trabalho de manutenção da fé dos fiéis no Brasil, colaborou com as autoridades civis holandesas, revelando suas estreitas relações com os interesses comerciais e políticos da Companhia das Índias Ocidentais na América Latina. Durante o período de colonização holandesa, o elemento evangélico foi introduzido formalmente com a criação do “consistório” — organismo de gestão e decisão eclesiástica, adaptado ao modelo da igreja reformada metropolitana (Nascimento, 2004).

Com aproximadamente 50 pastores, organizaram 22 congregações e igrejas reformadas, fundando algumas em aldeias indígenas. Também transformaram templos católicos em templos reformados, despojados dos seus paramentos, do altar e das imagens. Esses números demonstram a preocupação dos reformados em fincar os marcos religiosos nas terras brasileiras. Em Sergipe essa organização religiosa se fez presente como afirma Schalkwijk:

(...) durante algum tempo havia no Brasil doze igrejas organizadas com seus próprios consistórios, grandes e pequenos. Eram elas as igrejas em Salvador, Rio São Francisco em Forte Maurício, Porto Calvo, Sirinhaém, Cabo Santo Agostinho, Santo Antônio do Cabo, Recife, Itamaracá, Goiana, Paraíba, Cabedelo (ou Forte Margarita) e Rio Grande do Norte. As dez outras igrejas eram congregações, igrejas em formação, a saber, Sergipe, Alagoas do Sul, Ipojuca, Iguaçú, Ceará, Maranhão, na Ilha de Maurícia, Massurepe e Itapecerica. Algumas destas eram maiores, como a dos índios, outras bem pequenas, como as de Sergipe, Ipojuca e Fernando de Noronha (Schalkwijk, 1986: 104).

Dos índios da tribo potiguar, seis jovens seguiram para a Holanda, entre eles, o índio Pedro Poti. Lá permaneceram cinco anos nos Países Baixos, onde

foram alfabetizados e instruídos na religião reformada. Pouco depois da invasão de Pernambuco, alguns desses índios foram enviados de volta ao Brasil para servirem de línguas (tradutores) no contato com seus compatriotas nas aldeias nordestinas (Nascimento, 2006).

Segundo documentos nos arquivos dos holandeses no Brasil, David Doreslaer que fora convidado para a aldeia de Maurícia, junto com o pastor inglês Johannes Eduardus, ampliaram o trabalho missionário e deram início a um trabalho educativo, sendo o primeiro professor protestante entre os índios, o espanhol Dionísio Biscareto, casado com uma holandesa. Biscareto foi nomeado professor em Itapecerica, a maior aldeia da região de Goiana. Para as aldeias paraibanas, foi indicado o professor inglês Thomas Kemp. Em 1640, começou o trabalho de *brasilianização*, movimento idealizado pelo pastor Soler, da Igreja Francesa no Recife. Ele conheceu um brasileiro razoavelmente experimentado nos princípios da religião, e no ler e escrever, capaz de instruir os índios. O pastor Eduardus, por sua vez, lembrou a existência de índios em idênticas condições em Goiana. Assim, solicitaram ao governo que esses índios fossem nomeados professores nas aldeias, com um salário mensal de 12 florins, soldo de um cabo do exército. Esses dois índios foram os primeiros professores indígenas da Igreja Protestante na América do Sul ([www.holandesesnoBrasil_arquivos/Holandeses no Brasil.htm](http://www.holandesesnoBrasil_arquivos/Holandeses%20no%20Brasil.htm)).

Ainda segundo os mesmos documentos, com a necessidade de um catecismo em língua tupi, o pastor Doreslaer organizou um livro de instrução que foi impresso na Holanda com o título “Uma instrução simples e breve da Palavra de Deus” nas línguas brasileira, holandesa e portuguesa, confeccionada e editado por ordem e em nome da Convenção Eclesial Presbiterial no Brasil com formulários para batismo e santa ceia acrescentados. Embora o livro tenha sido criticado pelo Presbitério de Amsterdã, a Companhia das Índias Ocidentais mandou imprimi-lo em 1641 e, no ano seguinte, distribuiu-o no Brasil.

No projeto de colonização empreendido por Maurício de Nassau ficou decidido que as terras sergipanas seriam doadas ao Conselheiro de Justiça, o holandês Nommo Oliferdi, através de Escritura de 28 de fevereiro de 1642, a qual determinava no Art. 25 que os próprios colonos deveriam assumir o salário do governador e do pastor. E nos Art. 3º e 4º que se referem à liberdade religiosa dos católicos romanos em território sergipano, ficou estabelecido que

(...) não praticarão, nem permitirão que publicamente seja observado outro culto, se não o permitido por pública autoridade. Não será lícito, porém, agravar em suas consciências os que forem de outro sentimento, fazer-lhes alguma moléstia ou deixar que a façam, salvo se por estes tais for dado algum escândalo público punível pelos magistrados.

Como também,

(...) guardarão os domingos e os outros dias festivos, em que se costuma devidamente observar o culto divino (...); porão todo zelo e diligência em instruir, por todos os meios possíveis, os negros que estiverem em serviço no conhecimento da verdadeira religião christã e pratica desta, (...) e não os tratarão deshumanamente, e antes pelo contrário, com toda a brandura, evitando as barbaras crueldades dos Espanhoes e Portuguezes, para por estes meios attrahirem os referidos negros à religião e dar-lhes modos civis (Freire 1997: 140).

O governo holandês estabeleceu uma situação político-religiosa que tendia à formação de uma teocracia cristã reformada, concedendo liberdade plena de consciência, porém, restringindo o exercício dos cultos para os não reformados e desconsiderando a autoridade clerical. As cerimônias católicas só poderiam ocorrer dentro das igrejas e, conseqüentemente, estavam proibidas as procissões e outras atividades públicas (SCHALKWIJK, 1986, p. 399). Essa situação só acirrou os ânimos de ambas as partes, provocando abusos e ultrajes, como a iconoclastia relatada por Callado no livro “Valeroso Lucider”:

(...) quebravam em pedaços as imagens de Cristo e da Virgem Maria e de outros santos, e as pisavam com tanta coragem, como que se com isso lhes parecesse que extinguíam a fé católica romana. Os soldados saíram das igrejas vestidos dos paramentos sagrados e das becas das confrarias. Coisas semelhantes devem ter ocorrido a cada novo avanço, como quando saquearam Igarauçu em 1632 (Freire 1997: 400).

Para evitar confrontos daquele tipo, holandeses e portugueses acordaram sobre doze normas de guerra, onde a primeira afiançava que “(...) não se queimará igrejas nem se maltratará imagens, mas em caso de resistência... perdem-se estes privilégios”, deixando subtendido o que aconteceria com a não-submissão ao novo governo estabelecido. Apesar do acordo feito entre as duas nações durante o domínio holandês sobre a questão da tolerância religiosa, houve abusos a não-protestantes por parte dos holandeses (Freire 1997: 400).

Depois de sua expulsão das terras brasileiras, Portugal sufocou os germes da “heresia” protestante antes que criassem raízes, restabelecendo “(...) uma teocracia católica romana, que não permitia liberdade religiosa e que se sentia obrigada a tirar a vida daqueles que não estavam dispostos a aceitar seu pensamento” (Freire, 1997: 462).

Aquela situação só iria modificar-se a partir das reformas pombalinas implementadas durante a segunda metade do século XVIII que culminaram com a expulsão e conseqüente desarticulação do trabalho desenvolvido pelos jesuítas durante séculos na vida política e intelectual brasileira e, sobretudo na educação, abrindo espaços para a penetração de novas idéias.

Apesar das autoridades políticas e eclesiásticas da Metrópole criar obstáculos à entrada de livros no Brasil, considerados perigosos, eles circularam

no país. Na América espanhola leu-se tudo que era dado a ler na Espanha. O filólogo e crítico Américo Castro registrou que, em 1600, a Inquisição despachou para o México quase mil volumes, dentre eles, livros de Copérnico, Telésio, Erasmo, clássicos gregos, além de toda a física e matemática europeias. Informou ainda que esse fato ocorrera em outros países da América Latina (Castro, *apud* Friero 1981: 19).

No Brasil do século XVIII, a Inquisição confiscou as bibliotecas particulares dos mineiros Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, do Coronel José de Resende Costa e do Cônego Luís Vieira da Silva. No entanto, o impacto do movimento de ilustração pombalina no Brasil pôde ser sentido pela vitalidade que ganharam a circulação de livros e idéias. Durante o período, os brasileiros foram estimulados a ler em Português, ao mesmo tempo em que o Estado fechou os olhos para a leitura dos livros franceses proibidos. Os intelectuais de Vila Rica, por exemplo, leram tudo o que quiseram.

O Cônego tinha em sua casa 270 obras, com cerca de oitocentos volumes. Em sua biblioteca, havia livros considerados pela Igreja Católica perigosos e incendiários, contendo o espírito de revolta – o espírito de Satã – escondido nas obras de escritores e filósofos que “(...) discutiam o regime que convinha impor aos povos para fazê-los felizes, benignos e amigos das luzes”. Mais da metade das obras era em latim, outras em francês, português, espanhol, além de 24 livros escritos em inglês. Possuía muitos dicionários, livros de Física, Geometria, Astronomia, História Natural, Geografia, Noções de Agricultura e de Arte Militar, Teologia, Direito Canônico, Liturgia, Exegese e Apologística Cristãs, Filosofia, Metafísica, Lógica e Medicina, além de livros de viagens. Dentre os autores, constavam Voltaire, Racine, Montesquieu, Virgílio, Heráclito, Ovídio, Sêneca, Camões, Verney (Friero, 1981: 25-35). Segundo Vilalta (1997), o acervo do Cônego era composto por 52,7% de livros profanos e 35% de livros sacros.

O poeta Inácio José de Alvarenga Peixoto tinha uma pequena “livraria”, fora dos cânones pombalinos, com textos de Voltaire, Metastásio e Crébillon e “Arte Gramática Latina”, do padre jesuíta Manuel Álvares, proibida por Pombal. Já o professor régio de filosofia Manoel José de Siqueira, nomeado para lecionar em Cuiabá, em 1796, levou consigo sua biblioteca com 98 títulos.

Em 1797, em Salvador, começou a funcionar regularmente a loja de livros de Manuel Antonio da Silva. Este livreiro viria a pedir, em 1810, licença para a instalação de uma tipografia na Bahia. A autorização foi concedida no ano seguinte, no mesmo momento em que estava sendo fundada a Biblioteca Pública de Salvador.

Já em 1799, duas livrarias viriam a ser instaladas no Rio de Janeiro”. No início do século XIX, mas precisamente em 1817, eram

(...) quatro novas livrarias foram inauguradas na cidade do Rio de Janeiro, enquanto começava a funcionar a primeira tipografia pernambucana. No mesmo ano do regresso de D. João VI a Portugal, 1821, regulamentou-se a liberdade

de imprensa no Brasil e quebrou-se, no Rio de Janeiro, o monopólio da Impressão Régia com a instalação de duas novas empresas gráficas. Mais quatro novas empresas gráficas foram instaladas na mesma cidade, no ano seguinte (Nascimento 2001:01).

Na década de 50 do século XIX, as livrarias se multiplicaram na Corte, “(...) demonstrando a existência de um público ávido de livros” e, em 1859, elas eram em número de 17. Em Salvador, no ano de 1835, foi instalada a livraria de Carlos Poggeti, à rua Nova do Comércio, nº 21. Dez anos depois a cidade já tinha seis lojas de livros, dentre elas, os estabelecimentos de João Batista Martim, na rua Direita da Misericórdia, e a de Manuel Antonio da Silva Serva, na rua Direita de Santa Bárbara. Naquele mesmo ano, a cidade de São Luís/MA possuía três livrarias, a Popular, de José Antonio Gonçalves de Magalhães, na rua Grande, nº 40; a de Domingos Antonio Fontes e a de Francisco Frutuoso Ferreira. No ano seguinte foi fundada a Livraria Universal e, em 1849, a de Antonio José d’Oliveira. (Machado, 2003).

Gilberto Freyre (2000: 38), em seu livro “Ingleses no Brasil”, trata da presença britânica no Brasil do século XIX por cônsules, negociantes, técnicos, mecânicos, missionários, médicos e engenheiros. O autor escreve seus ensaios a partir de documentos pessoais, diários, anúncios de jornal e ofícios consulares, procurando fazer uma “(...) reconstituição histórica e sociológica, ou histórico-sociológica” da presença inglesa na vida e na cultura brasileira. Em vários momentos do texto, ele registra a presença de livros e jornais ingleses em bibliotecas e casas particulares de brasileiros.

Freyre trata ainda da editora Pinheiro, Faria & Comp., estabelecida à rua do Amparo nº 22, em Olinda/PE, afirmando que a cidade “(...) foi nos primeiros decênios do Brasil independente um foco de irradiação de cultura britânica no Brasil”. Registra que a editora publicou em português os “Elementos de Economia Política”, de Stuart Mill e “A caverna da morte”, de Anna Radcliffe. Thomas Lindley, quando esteve na Bahia nos primeiros anos do século XIX localizou na biblioteca de um frade o livro “*Wealth of Nation*”s, de Smith, “América”, de Robertson, e “as obras de Pine”. Na biblioteca de um médico, foram encontrados livros ingleses de Locke, Newton e Pope (Freyre 2003: 75- 76).

No entanto, os livros e impressos não circulavam somente entre os estudantes e letrados. Existia um “submundo” da literatura ilustrada, pois “(...) mesmo sem imprensa na Colônia, as idéias circulavam em panfletos e cópias manuscritas, em cadernos de notas, em textos embarcados clandestinamente e vendidos aos interessados” (Hilsdorf 2003: 31). Segundo Ventura (1990), a circulação das idéias “afrancesadas” ultrapassava o âmbito das elites esclarecidas, pois foram encontrados cadernos com cópias manuscritas de autores franceses proibidos, como Rousseau, entre os participantes da Inconfidência Baiana de 1798.

Considerações finais

Durante quase todo o século XX, a historiografia educacional brasileira se utilizou de documentos e obras produzidos por intelectuais e políticos que gestaram a República e por outros que, durante os anos 1920, se denominaram mentores de um novo projeto educacional para o país. Entretanto, principalmente a partir dos anos 1980, as pesquisas realizadas pelos historiadores da educação trouxeram outras interpretações do período mencionado. Novos trabalhos acadêmicos têm possibilitado desconstruir aquela imagem, mostrando os interesses daqueles grupos, que objetivos eles precisavam alcançar para viabilizar seu projeto político, utilizando-se da educação como alavanca para implementá-lo.

Muito se tem a investigar sobre a produção, circulação e apropriação de impressos no Brasil. Para Jorge Carvalho do Nascimento (2001:02), “(...) as tintas sombreadas utilizadas pelos historiadores da cultura para pintar o Brasil dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX consolidaram a visão de que estávamos indigentes de ciência em função das tradições que herdâramos sob a influência dos jesuítas”. O pesquisador Jorge de Souza Araújo (1999: 19) afirma que “o brasileiro, se não lia tudo ou bem, ao menos lia. E lia razoavelmente vário e muito”.

Pesquisas realizadas por Maria Lucia Spedo Hilsdorf (2003), Jorge Carvalho do Nascimento (2001), Jorge de Souza Araújo (1999), Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento (2002, 2006, 2007), Luis Vilalta (1997), Eduardo Frieiro (1981) e Ubiratan Machado (2003) possibilitam afirmar que existiu uma presença significativa de impressos diversos no Brasil e, conseqüentemente, de leitores, indo de encontro às interpretações construídas que desenham um país inculto. Independente das estratégias utilizadas pelas duas concepções cristãs, a instrução sempre esteve presente no Brasil colonial, através dos soldados de Cristo e de protestantes, além do próprio Estado Português.

O aprofundamento investigativo da história do livro, da leitura e das livrarias no Brasil colonial possibilitará, dentre outras coisas, verificar a produção e circulação de impressos entre Brasil e Portugal e apreender as distintas comunidades de leitores existentes nesses países. Necessário se faz rastrear as políticas editoriais adotadas por entidades protestantes e católicas, tanto na área religiosa quanto educacional. Faz-se necessário também examinar os critérios de seleção dos tradutores e dos autores que produziram literatura religiosa e educacional, para compreender de que forma os princípios religiosos e educacionais circularam e foram apropriados pelos seguidores das distintas concepções do cristianismo.

Referências bibliográficas

- Araújo, José de Souza (1999): Perfil do leitor colonial. Salvador; Ilhéus, Editora UESC.
- Azevedo, Fernando de (1996): A cultura brasileira. 6ª ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB.
- Barreto, Raylane Andreza Dias Navarro; Nascimento, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. Livros Proibidos no Brasil Colonial. In: 16º COLE - No mundo há muitas armadilhas e é preciso quebrá-las, 2007, Campinas. Anais Eletrônicos do 16º COLE - No mundo há muitas armadilhas e é preciso quebrá-las. Campinas: Unicamp, 2007. v. 1. p. 1-10.
- Barreto, Raylane Andreza Dias Navarro (2006). A escolarização jesuítica na capitania de Sergipe (1575 a 1759) In: Encontro nordestino de história colonial. Territorialidades, poder e identidades na América portuguesa – séculos XVI a XVIII, 1, 2006, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2006.
- Barreto Raylane Andreza Dias Navarro (2011). A formação de padres no nordeste do Brasil (1894-1933). Natal, EDUFRN.
- César, Elben M. Lenz (2000): História da evangelização do Brasil: dos jesuítas aos neopentecostais, Viçosa, Ultimato.
- Chartier, Roger (1996): Práticas de leitura. São Paulo, Estação Liberdade.
- Companhia de Jesus (1952). O método pedagógico dos jesuítas: O “Ratio Studiorum”. Tradução e introdução Leonel Franca S.J.. Rio de Janeiro: Agir.
- Freire, Franco. (1997). História de Sergipe. 2ª ed. Petrópolis, Vozes/Governo do Estado de Sergipe.
- Freyre, Gilberto (1960). Um engenheiro francês no Brasil. 1º Tomo. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- Freyre, Gilberto (2000). Ingleses no Brasil: Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

- Franca, Leonel (1952). O método pedagógico dos Jesuítas: O “Ratio Studiorum”. Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- Friero, Eduardo (1981). O diabo na livraria do Cônego. 2ª ed. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.
- Hansen, João Adolfo (2001). Ratio Studiorum e política ibérica no século XVII; in Vidal, Diana Gonçalves; Hilsdorf, Maria Lucia Spedo (orgs.): Brasil 500 anos: topicas em historia da educação. São Paulo, EDUSP.
- Hilsdorf, Maria. Lucia. Spedo (2003). História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- Leite, Serafim (1945). História da companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. (v. 2).
- Machado, Ubiratan (2003). A etiqueta de livros no Brasil: subsídios para uma história das livrarias brasileiras. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Vazquez, A Fernandez, “Reformulaciones retóricas del realismo internacional: Derrida vs. Laclau”, en Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas, vol. 8, núm. 2, págs. 115-130, (2009)
- Nascimento, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do (2002). “Considerações iniciais acerca da palavra impressa e as práticas religiosas e educacionais protestantes no século XIX”, in Revista do Mestrado em Educação, n. 4, págs. 67-85, jan./jun, (2002).
- Nascimento, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do (2004). A Escola Americana: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913). São Cristóvão: Grupo de Estudos em História da Educação/NPGED/UFS, 2004.
- Nascimento, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do (2007). Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical. Maceió: EDUFAL, 2007.
- Nascimento, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do (2006). Os impressos no Brasil Colônia. In: Encontro nordestino de história colonial. Territorialidades, poder e identidades na América portuguesa – séculos XVI a XVIII, 1, 2006, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2006.

-
- Nascimento, Jorge Carvalho do (2001). Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: a biblioteca do povo e das escolas. *Revista Horizontes*, Itatiba, n. 19, p. 11-27, jan./dez. 2001.
- Novinsky, Anita et alii (1992). *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresia e arte*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- Portugal (2002): Alvará de 28 de junho de 1759. Pelo qual Sua Majestade julga necessário tirar os estudos de língua latina, grega e hebraica e a arte de retórica da ruína a que estão reduzidas e dar-lhes o antigo lustre que tornou os portugueses tão notáveis na República das Letras. Cardoso, Tereza Maria R. F. L. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.
- Schalkwijk, Frans Leonard (1986). *Igreja e Estado no Brasil holandês*. Recife: Governo de Pernambuco, 1986.
- Vainfas, Ronaldo (Org.) (1997): *Confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- Villalta, Luis Carlos (1997). O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: Souza, Laura de M. (org.). *História da vida privada*. V. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

